

Elaine Lazzaroni Moraes<sup>1,2</sup>, Claudia Garcia Serpa Osorio-de-Castro<sup>3</sup>, Rosângela Caetano<sup>2</sup>

1 - Instituto Nacional de Câncer, Ministério da Saúde, Brasil

2 - Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil

3 - Departamento de Política de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

## Introdução

A competição no mercado de medicamentos é apontada como a estratégia mais importante para garantir que instituições de saúde, públicas e privadas, e a própria população possam obter menores preços nas compras dessas tecnologias<sup>1</sup>.

No Brasil, as compras governamentais são reguladas pela Lei nº. 8.666 de 1993, onde a licitação pública é a regra<sup>2</sup>. Esta mesma norma, contudo, disciplina situações de exceção, denominadas como Dispensa de Licitação ou Inexigibilidade.

O Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), órgão vinculado ao Ministério da Saúde e referência na Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer<sup>3</sup> no país, possui recursos estruturais e humanos para a execução de suas aquisições. Contudo, barreiras burocráticas e o constante desabastecimento de medicamentos no mercado nacional têm resultando em fracasso nas licitações e motivado o uso das flexibilidades não concorrenciais previstas em lei.

## Objetivo

Analisar as compras de medicamentos realizadas pelo INCA através de processos sem licitação, por dispensa e inexigibilidade.

## Metodologia

Estudo exploratório, quantitativo, relativo às compras de medicamentos sem licitação realizadas pelo INCA no período de janeiro/2007 e dezembro/2014.

Os dados foram extraídos do Sistema de Administração de Serviços Gerais (SIASG). Os preços unitários foram corrigidos pelo IPCA/IBGE para dezembro/2014 e os valores convertidos para dólares americanos pela paridade do poder de compra relatado pelo Banco Mundial para 2014 (1 US\$ = R\$ 1,69).

Foram categorizados medicamentos, pela Classificação Anatômica Terapêutica Química da OMS, bem como fornecedores contratados e justificativas para as compras.

## Resultados e Discussão

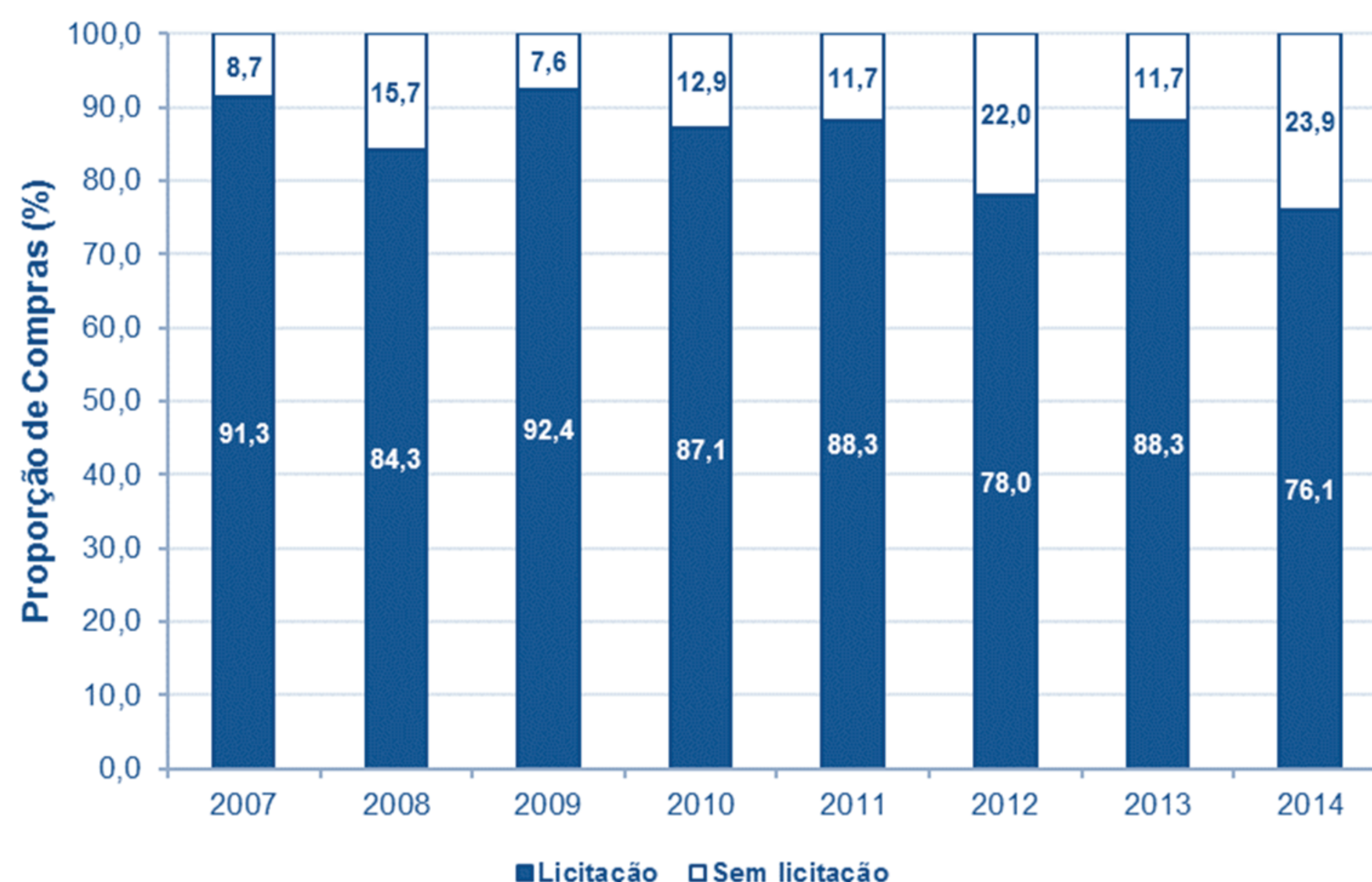
Do total de 4.216 aquisições de medicamentos realizadas no período, 605 (14,4%) ocorreram sem licitação, sendo 85,5% por dispensa de licitação. As compras sem licitação somaram US\$ 20,688,094.71 (3,8% do total), sendo a grande maioria dos gastos decorrentes de aquisições por inexigibilidade (58%) (Tabela 1).

Verificou-se tendência de crescimento da modalidade não concorrenciais ao longo do tempo (Figura 1), fortemente influenciada pelo crescimento na proporção de aquisições por inexigibilidade.

**Tabela 1 - Gastos contratados (em US\$\*) por meio de compras de medicamentos sem licitação, segundo modalidade de aquisição, INCA, 2007-2014**

Ano	Licitação		Dispensa de Licitação		Inexigibilidade		Total sem licitação	
	Gasto (US\$)	%	Gasto (US\$)	%	Gasto (US\$)	%	Gasto (US\$)	%
2007	76,946,45.72	98.9	863,791.54	1.1	-	0.0	863,791.54	1.1
2008	67,723,610.30	98.5	1,040,319.32	1.5	-	0.0	1,040,319.32	1.5
2009	61,111,050.55	99.6	234,845.51	0.4	15,299.35	0.0	250,144.86	0,4
2010	75,662,840.47	95.3	710,615.75	0.9	3,037,588.12	3.8	3,748,203.86	4.7
2011	50,897,062.71	95.8	1,046,360.84	2.0	1,163,471.63	2.2	2,209,832.47	4.2
2012	38,229,208.76	89.8	2,530,752.54	5.9	1,834,049.05	4.3	4,364,801.59	10.2
2013	97,725,280.67	95.3	653,620.61	0.6	4,156,146.17	4.1	4,809,766.78	4.7
2014	56,680,306.41	94.3	1,601,271.28	2.7	1,799,963.02	3.0	3,401,234.30	5.7
<b>Total</b>	<b>524,975,405.60</b>	<b>96.2</b>	<b>8,681,577.38</b>	<b>1.6</b>	<b>12,006,517.33</b>	<b>2.2</b>	<b>20,688,094.71</b>	<b>3.8</b>

Nota: \* - Valores convertidos para dólar pela Paridade do Poder de Compra relatado pelo Banco Mundial para 2014.



**Figura 1 - Proporção anual do nº de compras de medicamentos segundo a presença de licitação, INCA, 2007-2014**

Segundo a classificação ATC, destacaram-se os grupos “Vários” (V), representados pelas aquisições de radiofármacos realizadas diretamente com o fornecedor exclusivo no país (Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN), Antineoplásicos e Imunomoduladores (L), Sistema Nervoso (N) e Anti-infecciosos de uso sistêmico (J), que juntos somaram quase 60% das compras sem licitação.

Os distribuidores nacionais foram os principais fornecedores contratados (52,9%); porém, a maior parte dos gastos (80,9% do total) envolveu os fabricantes.

As duas principais justificativas para as compras sem licitação, totalizando 83,8% dos motivos registrados, decorreram da “Menção direta da Lei” e das “Causas relacionadas aos processos de compras”.

## Conclusões

Apesar da licitação ser a regra para as compras públicas no país, o INCA registrou significativa proporção de compras de medicamentos sem licitação no período, com tendência crescente.

A flexibilidade prevista na lei quanto ao uso da aquisição direta não afasta a necessidade do seguimento das formalidades previstas na regulamentação brasileira, tampouco corrobora seu uso quando é deflagrado por ausência de gestão adequada do abastecimento por parte do gestor público, gestão essa decorrente de falhas no planejamento ou na condução dos processos licitatórios.

Este estudo indicou possibilidades para intervenções específicas, que podem contribuir como modelo para aprimoramento da gestão das compras públicas de medicamentos no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- 1 — MANAGEMENT SCIENCES FOR HEALTH. MDS-3: Managing Access to Medicines and Health Technologies. Arlington, Virginia: Management Sciences for Health; 2012.
- 2 — BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, jun., 1993.
- 3 — BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 874, de 16 de maio de 2013. Institui a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 94, p.129, maio 2013. Seção 1.
- 4 — MORETTIN, P.A.; BUSSAB, W.O. Estatística Básica. 6 ed. São Paulo: Saraiva; 2010.

E-mail: elmoraes@inca.gov.br

Projeto Gráfico: Setor de Edição e Informação Técnico-Científica / INCA